

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA DA ESCOLA DO CAMPO NO  
DISTRITO DE FLORIANO

---

PROF<sup>a</sup>. ORIENTADORA: ANDREA MÁXIMO ESPÍNOLA.

ORIENTANDA: ROSÂNGELA NUNES PEREIRA

PARANAVAÍ, 26 DE ABRIL DE 2014.

## **Os desafios da implantação da proposta da escola do campo no Distrito de Floriano.**

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo estudar a implantação da proposta pedagógica da escola do campo no Distrito de Floriano, fazendo uma análise da legislação vigente, bem como uma revisão bibliográfica dos módulos estudados durante o curso de pós graduação.

Considerando a trajetória da formação do Distrito e sua realidade nos dias atuais, os desafios enfrentados pela gestão escolar de uma administração em dualidade, que por fim neutraliza o crescimento e desenvolvimento de atividades de ambas as instituições e a força política local que prejudica o ensino de qualidade, enquanto direito de todos.

**Palavras-chave:** escola do Campo, LDB 9394/96, ensino.

### **INTRODUÇÃO**

Desde a época do descobrimento do Brasil a educação foi destinada para as classes mais abastadas e apesar das Constituições Brasileiras que surgiram ao longo do tempo a educação teve seu prenúncio na Constituição de 1934, inicialmente com o nome de educação rural, porém, nenhuma política pública para o cumprimento desta determinação foi implementada (SECAD, 2007).

Porém, não podemos deixar de ressaltar que o Brasil que nas décadas de 40 e 50 era um país produtor de café e economicamente muito forte, abrigava no campo um grande contingente de pessoas, pois era no campo onde se tinha emprego para as famílias, houve a necessidade da criação das escolas rurais para atender aos alunos, filhos dos trabalhadores do campo.

De acordo com Junior (2008).

A educação, no meio rural, não se constituiu, historicamente, em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada do Estado Brasileiro. Isso privou a população do campo, em especial, a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e serviços públicos em

geral. Esse fato contribuiu para o acelerado processo de êxodo rural, registrado a partir da década de 1950. O êxodo rural foi resultado de dois fenômenos: expulsão e atração. A expulsão, no caso brasileiro, aconteceu decorrente da modernização do campo, que privilegiou os grandes latifundiários, não incluindo o agricultor familiar. E a atração que as cidades exerceram no processo de industrialização era, não raro, uma visão idílica, que não correspondia com a realidade dos trabalhadores do campo.

Em meados dos anos 70 a 80 houve a criação dos movimentos sociais, houve um grupo que ganhou força entre os demais que foi o MST (Movimento dos Sem Terra), que lutava pela melhoria das condições de vida das pessoas do campo.

No Brasil, nos anos seguintes, as cidades começaram a se expandir rapidamente ocasionando um inchaço populacional nos grandes centros, houve o fechamento das escolas rurais, pois as famílias que moravam no campo, havia ido para as cidades em busca de melhores condições de vida.

O cenário brasileiro, na década de 80, a população que migrava, a economia que era basicamente da agricultura começa a ter o foco na industrialização, a escola passa a oferecer uma formação mais técnica, uma educação mais voltada para o trabalho, onde surgiram os cursos de contabilidade, curso de magistério, os cursos com uma formação técnica para atender à demanda do mercado de trabalho.

No final da década de 80, na Constituição de 1988, que em seu artigo 205 é que sobressai, um dos marcos mais importantes para a melhoria da educação no Brasil.

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art.205).

A partir da Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases em 1996, o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1996, as Diretrizes Curriculares Educacionais, os debates dos Movimentos Sociais, o envolvimento de uma sociedade organizada em prol dos direitos humanos, que se tem um outro olhar para a educação e sobretudo a Educação do Campo.

Um dos Movimentos Sociais que se destaca nesse período é o MST (Movimento dos Sem Terra).

Segundo Caldart (2003), quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. No começo não havia muita relação de uma luta com a outra, mas aos poucos

a luta pelo direito à escola passou a fazer parte da organização social de massas de luta pela Reforma Agrária, em que se transformou o Movimento dos Sem Terra.

Após as mudanças que ocorreram na Legislação após muitas lutas dos movimentos sociais a educação passa a ser tratada sob um outro ponto de vista, passa de privilégio para pessoas mais abastadas para **“um direito de todos”** (grifo meu), a partir da Constituição de 1988, o Brasil que desde 1985 passa a ter um regime de governo democrático, a indústria se expandindo cada vez mais, a educação com um foco na formação técnica, a educação/formação técnica passa a ser um instrumento de mudança de vida.

Conforme a LDB 9394/96 em seu art. 211, § 1º, 2º e 3º, os municípios, os estados e o DF devem garantir esse direito:

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. Como podemos observar, a estrutura do sistema educacional brasileiro.

Analisando a questão de mantenedores do ensino e contextualizando o local e a realidade da comunidade do Distrito de Floriano, podemos dizer que há muito que fazer para que se efetive o direito de todos à educação de qualidade para os alunos, pois desde a formação do Distrito e várias mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais no Estado do Paraná e no Brasil.

## **CONTEXTUALIZANDO A REALIDADE DA COMUNIDADE DO DISTRITO DE FLORIANO.**

Fazendo um resgate histórico das muitas mudanças que ocorreram nessa localidade, algo que nos chama a atenção é o aspecto econômico, como todo o Brasil passava por uma fase de progresso na industrialização nas décadas de 70 e 80, com abertura de novas estradas para ligar o que hoje são grandes centros urbanos, com a chegada do progresso, uma nova estrada (rodovia PR 317) para o escoamento da produção de café da região Norte do Paraná, o distrito de Floriano

que era o ponto de chegada e ponto de partida para muitas pessoas que viajavam pela região também sofreu alterações.

Com a extinção das grandes fazendas de café, o local foi se tornando um lugar deserto, o comércio foi fechando as portas, as famílias migraram para a cidade e em pouco tempo a comunidade local foi ficando isolada.

A construção da rodovia desviou para a cidade de Maringá todo o progresso que poderia ter ficado em Floriano, pois o povoado que surgiu é anterior ao surgimento da cidade de Maringá.

Considerando todo o progresso e desenvolvimento da cidade e chegando até os dias atuais, como a cidade já se expandiu muito e há uma grande especulação imobiliária na cidade, por ser uma cidade com excelente qualidade de vida, é considerada pólo de centro de ensino superior, é uma cidade onde o comércio de confecção atacadista é muito forte, gerando muitos empregos, a cidade se expandiu tanto em linha horizontal que chegou até os distritos.

Para o Distrito de Floriano há vários projetos habitacionais e de melhorias para a comunidade, mas enquanto os projetos não se efetivam a população do distrito que ficou restrita ao atendimento de apenas a um único prédio escolar para atender a todas as crianças em idade escolar.

Conforme reza a LDB 9394/96 em seu art. 211 em 2010 a esfera estadual assumiu as séries finais do ensino fundamental e a esfera municipal assumiu as séries iniciais do ensino fundamental tornando-se uma escola de administração compartilhada.

A esfera estadual atende aos alunos do 6º ao 9º ano e a partir de 2011, após o acordo entre as secretarias municipal e estadual iniciou a administração em dualidade, o acordo de trabalho em que município e estado ocupariam o prédio municipal em turnos alternados para atender aos alunos da comunidade.

## **A GRANDE QUESTÃO: A PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DO CAMPO.**

Em 2012, houve a primeira reunião para a apresentação da proposta de implantação da escola do campo, a secretaria municipal não aceitou participar dessa mudança, mesmo sendo apresentados os benefícios que a escola poderia vir a adquirir, colocando a realidade do alunado, não houve aceitação da secretaria

municipal, dessa forma, a esfera estadual não teve como se tornar escola do campo sem a participação da esfera municipal, pois para efetivar a proposta as duas instâncias deveriam aderir à implantação, o que não ocorreu.

Em 2012 e 2013 foram marcadas reuniões para esclarecimentos sobre a proposta, junto ao Núcleo de Educação de Maringá, mas os representantes da secretaria municipal não compareceram.

Em reuniões com o corpo docente sobre a proposta do Colégio Estadual de Floriano se tornar uma escola do campo só será possível quando este tiver uma sede própria, pois a secretaria municipal não se interessou pela proposta impedindo que o colégio se inteirasse da proposta e futuramente conseguisse uma sede própria.

São vários pontos importantes que são contemplados nos projetos de melhorias do Distrito de Floriano entre eles várias casas populares, terrenos para a construção de empresas e microempresas, haverá asfalto nas ruas, melhores condições para adquirir um terreno para ponto comercial, mas não há no projeto a construção de uma nova escola, a entrega de novas casas populares será ainda este ano, e, ainda não foi pensado em como a escola irá atender com qualidade os alunos num espaço que é restrito por motivo da dualidade administrativa.

Portanto, não está no planejamento das autoridades a formação do sujeito social, nem uma educação de qualidade como está posto na lei.

Conforme afirma Caldart (2002, p. 132).

Ser educador do campo é ajudar a construir com cada sujeito uma pedagogia capaz de formá-lo, como ser humano e como sujeito social; uma pedagogia que se desenvolva nas diversas práticas que compõe o cotidiano deste povo, incluindo a escola.

A educação tem portanto, como principal meta alcançar as pessoas onde elas estão, transformar a realidade, formar cidadãos com senso crítico, oferecer condições para um crescimento no sentido cultural, técnico, político, mas considerando a experiência de vida, a realidade que embasa o cotidiano desse sujeito.

Segundo Martins (2008) Os povos do campo se viram excluídos desse processo de desenvolvimento, pautado no econômico, tanto que a Educação do Campo, hoje, faz parte de um novo projeto de sociedade que pensa em

desenvolvimento permeado pela vida, pela história de educadores(as) e educandos(as) e por sua cultura.

Quando a educação alcança as pessoas, mas não está articulada à realidade em que o educando está inserido não faz sentido e exclui o educando mais do que o inclui, porque tudo que aprendemos precisa fazer sentido em nossa vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Analisando a LDB 9394/96, o processo de formação do distrito e a realidade atual a qual o Distrito de Floriano, está inserido, sugere que a educação, a saúde e a segurança que são os principais pilares para uma organização em sociedade estão esquecidos pelas autoridades, pois pensar em melhorias, não é apenas pensar em como trazer mais pessoas para residir em um determinado local, mas é pensar em como oferecer uma infraestrutura adequada para que a vida dos moradores seja digna.

Caso contrário, seria deixar o sujeito à margem da sociedade, dando oportunidade para a criminalidade.

Vale lembrar que uma boa propaganda de melhoria do local é algo que angaria muitos votos para os políticos.

Portanto, é necessário analisar que a educação é um direito social, sendo assim igual para todos, em especial para pessoas que vivem em comunidades mais afastadas dos grandes centros e vivem em uma realidade diferente daquela das pessoas dos grandes centros urbanos, por isso, a educação da cidade exclui e não inclui as pessoas do campo.

Conforme as diretrizes curriculares do Campo (2006)

Os sujeitos do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. Sendo assim, as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo denotam um importante instrumento para a construção de uma educação pública e gratuita de qualidade, presente e que respeite e valorize a diversidade humana, contribuindo assim com a construção de uma sociedade cada vez mais justa e solidária.

A educação do e no campo também forma indivíduos críticos, contribui na organização da sociedade, é por meio dela que o indivíduo defende sua ideologia,

luta por seus direitos, reivindica melhorias na comunidade onde vive, produz conhecimento e transforma a sua realidade.

Nos dias atuais, os alunos do Distrito de Floriano, apesar de viverem distante do centro urbano, muitos alunos tem acesso à internet por meio dos celulares e outros aparelhos eletrônicos.

É preciso levar às unidades escolares do campo o acesso à tecnologia, de forma a oferecer o ensino com a mesma qualidade que o aluno do grande centro urbano, pois os avanços tecnológicos acontecem dia após dia e o aluno da escola do campo também precisa acompanhar essa evolução.

Em Floriano, devido a administração compartilhada não temos espaço adequado para a instalação de um laboratório de informática para os alunos, dessa forma, não deixamos de oferecer a qualidade no ensino, mas há alunos mais carentes que ainda não tem a possibilidade de ter um aparelho com acesso ao mundo virtual e que somente na escola, no momento das aulas, ele poderia ter essa possibilidade.

Dessa forma, refletindo sobre a dificuldade de implantação da proposta de implantação da escola do campo nesse local, podemos apontar que por força política que prioriza outros interesses entre eles o aumento das residências na localidade e talvez em breve o Distrito se torne um município e se desvincule do município de Maringá, não seria vantagem ter uma escola do campo dentro de uma pequena cidade.

## **REFERÊNCIAS**

Cadernos SECAD 2: Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília, 2007.

CALDART, Roseli Salete, A escola do campo em Movimento. In Currículo sem fronteiras, Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

Diretrizes Curriculares da Educação do Campo; Secretaria de Educação do Estado do Paraná, Curitiba 2006.

Gestão Educacional no Campo, módulo IV, Curitiba 2010.

JUNIOR, Astrogildo Fernandes da Silva. Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. Uberlândia. Entrelaçando 2011.

Práticas Pedagógicas em Educação do Campo, módulo III, Equipe Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, 2010.